



Comissões do Senado já podem iniciar trabalhos

Líderes dos partidos na Casa já indicaram senadores para integrar colegiados permanentes, que na semana que vem elegem presidentes e começam a funcionar

Os líderes partidários apontaram ontem os senadores que farão parte das comissões da Casa, o que permite que na próxima semana elas se reúnam para eleger seus presidentes e vice-presidentes e dar início aos trabalhos do ano. A Comissão de Assuntos Econômicos

e a de Relações Exteriores se reúnem na terça. No dia seguinte, será a vez da Comissão de Assuntos Sociais. Até o momento, está em funcionamento apenas a Comissão de Constituição e Justiça, instalada no mês passado para analisar a indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo. **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Gleisi parabeniza edição do *Jornal do Senado* com fotos das manifestações

Senadores destacam atuação da Casa no Dia da Mulher

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, e Gleisi Hoffmann avaliaram como históricas as ações da Casa ontem, como a aprovação

de quatro projetos contra a violência a mulheres. Também elogiaram o *Jornal do Senado*, que noticiou as manifestações e homenagens. **4**

Ministro defende proposta com regras para detetive profissional

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que pediu a votação do projeto que regulamenta o exercício da profissão de detetive

particular. Deputado licenciado, Nogueira é autor da proposta. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, também esteve ontem com Eunício. **3**



Marcos Brindim/Senado Federal

Nogueira (E) pede a Eunício que coloque projeto na pauta do Plenário



Gerardo Magela/Agência Senado

Eduardo Amorim, que presidiu a sessão, com a presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Carmen Tzanno

Sessão reforça ações de prevenção à doença renal

No Dia Mundial do Rim, comemorado ontem, o Senado fez sessão especial para debater a importância de prevenir a doença renal. Um em cada dez brasileiros tem algum tipo de lesão nos rins, mas muitos desconhecem o problema e, sem prevenção, poderão desenvolver doença

renal crônica, disseram especialistas. O foco da campanha deste ano é o combate à obesidade, que está associada à hipertensão e ao diabetes, fatores de risco para a insuficiência renal.

Para marcar a data, o Senado será iluminado em vermelho até o fim deste mês. **2**

Inaugurada exposição sobre bibliotecas virtuais

A Biblioteca do Senado inaugurou ontem exposição documental sobre a Rede Virtual de Bibliotecas, que reúne 12 bibliotecas do poder

público. Também foi lançada a nova logomarca da rede. A exposição fica aberta até o fim do mês, no espaço da Biblioteca. **2**



Anna Volpe/Agência Senado

Mônica Rizzo (E), da Biblioteca, Edna Carvalho (3ª à esq.), da Secom, e Mozart Vianna (D), ex-secretário-geral da Câmara

Sancionada lei que torna Blumenau a capital da cerveja

Pronunciamentos de dois senadores catarinenses, Dário Berger e Dalírio Beber, registraram ontem a sanção, pelo presidente Temer, do projeto que torna Blumenau

a Capital Nacional da Cerveja. Estavam no Plenário a rainha da 34ª Oktoberfest, Bruna Ponticelli, e as princesas Vanessa Salvador e Bruna Tribess. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Dário recebe no Plenário a rainha e as princesas da Oktoberfest de 2017

Projeto aprovado cria Dia Nacional de Combate à Sífilis **2**

Airton Sandoval substitui Aloysio Nunes no Senado **2**

PEC sobre repasses vai para última sessão de discussão **4**

No Dia Mundial do Rim, senadores e especialistas alertaram para a obesidade como fator de risco da insuficiência renal e discutiram dificuldades que os doentes enfrentam na busca por tratamento

Sessão ressalta urgência de prevenir doença renal

UM EM CADA dez brasileiros tem algum tipo de lesão nos rins, mas a grande maioria desconhece o problema e, por falta de prevenção, poderá desenvolver doença renal crônica.

O alerta foi feito ontem por especialistas durante sessão especial do Senado em comemoração ao Dia Mundial do Rim. Neste ano, a data é marcada por campanha internacional de combate à obesidade, doença associada à hipertensão e ao diabetes, principais fatores para o desenvolvimento da insuficiência renal.

— É fundamental que a sociedade tenha consciência de que a doença renal é um problema de grandes proporções, mas que pode ser prevenido — disse o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), que presidiu a sessão.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) ressaltaram a importância de ações para evitar que doenças renais se desenvolvam em um contingente que pode chegar a 20 milhões de brasileiros.

— O importante é evitar que o paciente chegue a ser renal crônico — alertou Moka.

No país, cerca de 120 mil pessoas fazem hemodiálise, procedimento em que uma máquina faz a função do rim doente, de filtrar o sangue. Porém, estima-se que a necessidade de atendimento seja muito maior, pois apenas 7% dos municípios brasileiros têm o serviço, disse a presidente da



Eduardo Amorim (3º à dir.) e especialistas durante sessão no Plenário do Senado

Sociedade Brasileira de Nefrologia, Carmen Tzanno.

Para o diretor da Aliança Brasileira de Apoio à Saúde Renal, Gilson Nascimento da Silva, é preciso que o governo priorize a implantação de serviços de atendimento aos pacientes.

— No interior do país, não existe nenhum tipo de serviço de nefrologia. As pessoas estão morrendo de “barriga inchada”, como acontecia no passado. Temos vários hospitais no país abarrotados de pacientes querendo fazer a primeira diálise, mas não há vaga — disse Silva.

Colapso

Conforme Caiado, os valores pagos pelo Ministério da Saúde não cobrem os custos dos serviços privados de hemodiálise integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Isso estaria provocando “um colapso na rede”, com o descredenciamento de clínicas e a redução das opções

para o paciente renal crônico.

Atualmente, 90% das hemodíálises feitas no país são pagas pelo governo federal, mas 94% dos serviços são prestados por empresas credenciadas ao SUS, relatou o presidente da Associação Brasileira de Centros de Diálise e Transplante, Yussif Ali Mere Júnior.

Ao discutir o tema, Hélio José (PMDB-DF) alertou para o fato de que pessoas com excesso de peso ou obesas têm de duas a sete vezes mais chances de desenvolver doenças renais.

— O Brasil está ficando cada dia mais acima do peso ideal. Nos alimentamos mal, somos mais sedentários e nos dirigimos rapidamente para um quadro generalizado de doenças provocadas pela sociedade de consumo.

Assim como Amorim, Hélio José considera essencial que a prevenção da obesidade seja tema prioritário no Congresso, no Executivo, nas escolas, empresas e em toda a sociedade.

Senadores e especialistas destacaram a importância de alimentação balanceada e prática de exercícios físicos. Ressaltaram também a necessidade de acompanhamento da pressão arterial e atendimento médico regular para evitar doenças nos rins.

Até o fim deste mês, o Senado será iluminado com a cor vermelha, em homenagem ao Dia Mundial do Rim.

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Airton Sandoval toma posse no Senado na vaga de Aloysio Nunes

Tomou posse como senador ontem Airton Sandoval (PMDB-SP), primeiro suplente do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Aloysio assumiu o Ministério das Relações Exteriores.

Advogado de 73 anos, Airton Sandoval exerceu quatro mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados, de 1975 a 1990.

O PMDB no Senado passa a contar com 22 senadores.

Rede Virtual de Bibliotecas ganha exposição e nova marca

Como parte das comemorações do Dia do Bibliotecário (12 de março), a Biblioteca do Senado lançou ontem a nova logomarca da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) e inaugurou uma exposição documental sobre a rede. A RVBI é uma rede cooperativa de 12 bibliotecas do poder público, coordenada pela Biblioteca do Senado.

— A rede dá ao leitor aces-

so a todas elas. Além disso, permite economia na hora da aquisição dos acervos — diz a coordenadora da Biblioteca do Senado, Mônica Rizzo.

A logomarca foi criada pela Coordenação de Publicidade e Marketing. A exposição fica aberta até o fim do mês, de segunda a sexta, das 8h30 às 18h30. Entre os destaques, estão os manuais que facilitam o acesso à informação.

Para Elmano, poder público já não atende o cidadão

Os governadores hoje são meros administradores de folha de pagamento, disse Elmano Férrer (PMDB-PI).



Waldemir Burreiro/Agência Senado

Para o senador, o poder público, em todas as instâncias, já não consegue atender mais as necessidades das pessoas em setores como saneamento básico, segurança, saúde e educação.

— Temos que reinventar o Estado brasileiro e, dentro da crise do Estado, a crise federativa.

Hélio José celebra aniversário de pastores evangélicos

Ontem, ao completar 57 anos, Hélio José (PMDB-DF) homenageou em Plenário dois pastores de igrejas evangélicas que também faziam aniversário.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O senador parabenizou Gilson Ferreira Campos, da Assembleia de Deus Madureira, em Taguatinga, e Orçival Xavier, da Assembleia de Deus de Brasília.

— Sou católico, mas a unidade religiosa faz bem. Por isso o Brasil é um país laico.

Outubro terá Dia de Combate à Sífilis

O Senado aprovou ontem projeto que transforma o terceiro sábado de outubro no Dia Nacional de Combate à Sífilis. O texto prevê que profissionais e gestores de saúde sejam incentivados a participar de campanhas de esclarecimento à população sobre a importância da prevenção, do diagnóstico

e do tratamento da sífilis na gestante durante o pré-natal e da sífilis, em ambos os sexos, como doença sexualmente transmissível. A proposta segue para sanção presidencial.

O PLC 146/2015 surgiu no 6º Congresso da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para César Borges, a medida não vai resolver o problema dos contratos e vai paralisar investimentos. O relator, deputado Sérgio Souza, disse que pode fazer mudanças no texto

Representante de administradoras de rodovias critica MP das Concessões

A MEDIDA PROVISÓRIA que autoriza a prorrogação de concessões na área de transportes não viabilizará obras nas rodovias cujos contratos foram assinados a partir de 2013 como parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A avaliação é do presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, César Borges, que participou ontem de audiência pública da comissão mista que analisa a MP 752/2016.

A medida permite prorrogar ou fazer nova licitação de contratos de concessão de aeroportos, rodovias e ferrovias que não estejam sendo cumpridos ou que a concessionária não demonstre capacidade de arcar



Audiência da comissão mista, presidida pelo senador Wellington Fagundes (C)

com as obrigações assumidas.

A associação alega que fazer nova licitação não resolve os problemas dos contratos e paralisa os investimentos.

Segundo Borges, a MP 752 causará insegurança jurídica.

Mas, para Adalberto Vasconcelos, secretário especial do PPI, a MP vai aumentar

a credibilidade do processo de licitação e criar condições para mais investimentos, com aumento da concorrência.

Lúcia Vânia (PSB-GO) disse que é urgente encontrar soluções para revitalizar as rodovias. Wellington Fagundes (PR-MT) destacou que a malha rodoviária precisa ser melhorada para facilitar o escoamento da produção agrícola.

O vice-presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), avaliou que a discussão sobre as concessões também passa pela aprovação de uma proposta que agilize a emissão de licenças ambientais. O relator, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), considerou fazer mudanças no texto.

Wellington defende medida que acelera obras de infraestrutura

A Medida Provisória 752/2016, que trata da prorrogação e relicitação dos contratos de parceria no setor de infraestrutura, precisa ser aprovada. Na defesa que fez ontem da MP, o senador Wellington Fagundes (PR-MT) disse que a medida provisória dará celeridade e segurança jurídica às concessões no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Além disso, ele reclamou da dificuldade para construir e manter em funcionamento rodovias que passem por reservas ambientais, como a BR-158, no estado de Mato Grosso.

Ministro do Trabalho pede regulamentação da profissão de detetive

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, pediu ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a votação do projeto que regulamenta o exercício da profissão de detetive particular. O ministro estava acompanhado do presidente da Comissão Nacional Pró-Regulamentação da Profissão de Detetive Profissional no Brasil, Itacir Flores.

O projeto (PLC 106/2014) é

de autoria do próprio ministro, que é deputado federal licenciado. O texto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e está pronto para ser votado em Plenário.

De acordo com o texto, o detetive deverá ter formação profissional para a atividade de coleta de dados e informações de interesse privado, curso equivalente ao nível médio.

O presidente do Senado

também recebeu ontem o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, para discutir a aprovação de propostas em tramitação no Congresso capazes de melhorar o ambiente de negócios no país.

— São questões relacionadas a modernização do trabalho, terceirização, regularização tributária das empresas — enumerou Robson Andrade.

O presidente da CNI pediu a votação do PLC 61/2016, que atualiza a base de cálculo da contribuição sindical patronal. A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Sobre a terceirização, Robson Andrade disse que a proposta da CNI é que se “possa terceirizar qualquer trabalho, qualquer serviço”.

José Maranhão elogia chegada das águas do São Francisco à Paraíba

José Maranhão (PMDB-PB) destacou a inauguração do Eixo Leste da transposição das águas do São Francisco. Ele elogiou a decisão de Temer de acelerar as obras.

— Esse projeto é grande demais para pertencer a uma só pessoa, a um só partido, a uma só liderança — referindo-se aos governos de Lula e Dilma.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Entrega da primeira fase da transposição é histórica, avalia Cássio

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) definiu como histórica a chegada das águas do São Francisco à Paraíba e a Pernambuco, concluída nessa semana. O senador lembrou que a Paraíba não tem um único rio perene e destacou que há séculos o povo de seu estado tem demandado obras contra as secas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lira destaca que obra teve apoio de Lula, Dilma e Temer

Raimundo Lira (PMDB-PB) comemorou a chegada da transposição Rio São Francisco à Paraíba. A obra, disse, iniciada por Lula, teve continuidade no governo Dilma e tem apoio de Temer.

— Esta obra não tem dono. Ninguém, no Nordeste, avo que o direito ou a paternidade desta obra.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cidinho apoia decisão do governo de importar café do Vietnã

O senador Cidinho Santos (PR-MT) defendeu a decisão do Ministério da Agricultura de autorizar a importação de café do Vietnã para atender o mercado nacional na entressafra. Proibir importações sem razões técnicas pode levar o país a ser denunciado na Organização Mundial do Comércio, disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz: debate sobre Previdência deve incluir saúde dos idosos

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu que a reforma da Previdência também inclua o aperfeiçoamento das políticas de saúde pública para os idosos.

— Não tem uma ligação direta, mas tem uma ligação indireta, pois um dos maiores custos dos idosos é com saúde.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reforma trabalhista será “mais cruel” que a previdenciária, diz Paim

Com a priorização dos acordos de trabalho em detrimento da lei e a adoção do trabalho por hora, será questão de tempo o fim de direitos como o 13º salário e horas extras, disse Paulo Paim (PT-RS). Para ele, a reforma trabalhista poderá ser ainda mais cruel do que a da Previdência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rocha afirma que trabalhadoras rurais serão prejudicadas

Para Paulo Rocha (PT-PA), a reforma da Previdência é especialmente maléfica para as trabalhadoras rurais. Essas mulheres, destacou o senador, recebem salários mais baixos e acumulam dupla ou tripla jornada de trabalho, com o cuidado da casa e dos filhos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Valadares pede pressa na aprovação das audiências de custódia

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu “uma reavaliação do modelo prisional brasileiro”, que, segundo ele, adota o encarceramento em massa.

Ele pediu à Câmara dos Deputados a votação do projeto de audiência de custódia (PLS 554/2011), de sua autoria.



Gerardo Magela/Agência Senado

Lúcia Vânia quer juros menores em fundos constitucionais

Lúcia Vânia (PSB-GO) pediu ontem que sejam reduzidos os juros cobrados nos financiamentos dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento das Regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), após sinalização pelo Banco Central de queda na taxa básica (Selic).



Gerardo Magela/Agência Senado

Comissões já têm indicações e podem iniciar trabalhos

Líderes dos partidos escolheram senadores para integrar colegiados, que começarão a funcionar na semana que vem. Marta presidirá a Comissão de Assuntos Sociais e Tasso, a de Assuntos Econômicos

AS COMISSÕES DO Senado já têm integrantes suficientes para iniciar os trabalhos deste ano. Os líderes dos partidos nomearam os representantes das bancadas em cada um dos 12 colegiados que ainda não estavam instalados. As eleições dos presidentes das comissões devem começar na terça-feira.

Nesse dia, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) terão suas reuniões inaugurais. Na quarta, será a vez da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Apenas duas já têm indicações concretas de senadores para presidi-las: a de Assuntos Econômicos (CAE), com Tasso Jereissati (PSDB-CE), e a de Assuntos Sociais (CAS), com Marta Suplicy (PMDB-SP).

O PMDB e o PSDB deverão presidir, respectivamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e a de Transpa-

rência e Governança Pública.

Três comissões devem permanecer sob o comando dos mesmos partidos: a de Educação, Cultura e Esporte (CE), com o PSB; a de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com o PP; e a Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o PT.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) deve passar para as mãos do PSD.

Restam ainda definições sobre a presidência de quatro comissões: a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e a Senado do Futuro.

As sessões de abertura das comissões e as eleições de presidentes e vices serão presididas pelos membros mais velhos de

cada colegiado.

Até a conclusão desta edição, duas comissões — a de Transparência e Governança Pública e a Senado do Futuro — ainda não tinham a maioria simples das cadeiras preenchidas, que é o mínimo para a instalação.

Apenas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está em funcionamento. Ela se organizou em fevereiro para analisar a indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal (STF).

As comissões fazem a análise prévia de todos os projetos, refinando os textos e levando pareceres para votação no Plenário. Em muitos casos, tomam a decisão final sobre os projetos, quando eles tramitam em caráter terminativo, ou seja, podem ser enviadas para a Câmara sem passar pelo Plenário.

Saiba quem integra as comissões: <http://bit.ly/comissoesSenado>



A CCJ, presidida por Edison Lobão, está em funcionamento desde fevereiro, quando aprovou Alexandre de Moraes para o STF

Definida composição de comissões mistas

Foi definida a composição de três comissões mistas para 2017-2018: a de Combate à Violência contra as Mulheres, a de Mudanças Climáticas e a de Consolidação da Legislação Federal. Agora serão escolhidos presidentes e relatores. As indicações foram feitas por líderes

do Senado e da Câmara.

Para a Comissão Mista de Combate à Violência contra as Mulheres, foram indicados 26 deputados e os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Waldemir Moka (PMDB-MS), Paulo Bauer (PSDB-SC), Ronaldo Caiado (DEM-GO),

Gleisi Hoffmann (PT-PR), Acir Gurgacz (PDT-RO), Armando Monteiro (PTB-PE), Vicentinho Alves (PR-TO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Benedito de Lira (PP-AL).

Veja a composição das comissões: <http://bit.ly/3ComissoesMistas>

Proposta facilita repasses a municípios

A quarta sessão de discussão da proposta que possibilita emendas individuais ao projeto da lei orçamentária anual da União (LOA) para repasse de recursos diretamente aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) foi concluída ontem no Plenário.

A PEC 61/2015 voltará à pauta na próxima sessão, para a última discussão em primeiro turno, podendo então ser vota-

da. Se aprovada, seguirá para segundo turno de discussão. Caso acatada também na nova votação, seguirá para a Câmara.

Pela PEC, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), o autor da emenda indicará o estado ou o município a ser beneficiado com repasse dos recursos, independentemente de celebração de convênio entre o ente federativo e o governo federal.

Segundo a senadora, a medida simplifica o processo de

alocação de recursos, permitindo que governos estaduais e prefeituras recebam o dinheiro mais facilmente e apliquem no que julgarem mais necessário.

Para concluir a votação de uma PEC são necessários dois turnos de discussão e votação, com apoio favorável de pelo menos três quintos dos senadores em cada um deles. São cinco sessões de discussão no primeiro turno. No segundo turno, três sessões.

Senadores destacam edição do Jornal do Senado do Dia da Mulher

Senadores avaliaram como positiva a atuação do Senado no Dia Internacional da Mulher, celebrado na véspera. Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o presidente da Casa, Eunício Oliveira, disseram que as ações foram "históricas".

Ambos citaram a edição de ontem do **Jornal do Senado**, que noticiou todo o dia de homenagens. Gleisi mencionou as fotos de manifestações publicadas no jornal:

— Gostaria de parabenizar o **Jornal do Senado**. Fizemos uma edição muito bonita, histórica.

Eunício afirmou: — O **Jornal do Senado** fez exatamente a demonstração de o que são a convivência democrática e o respeito àquilo que deve ser a direção do Parlamento brasileiro.

No Dia da Mulher, houve uma sessão solene do Congresso Nacional no Plenário do Senado para homenagear as mulheres e condecorar as vencedoras do Diploma Bertha Lutz. A sessão começou

pela manhã e se estendeu até o final da tarde.

Além disso, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se concentrou na votação de projetos de lei do interesse da bancada feminina, com a aprovação de quatro propostas de combate à violência de gênero e de promoção da igualdade entre os sexos.

O presidente do Senado lembrou que todos os senadores, com suas participações na sessão de anteontem, mostraram que o Senado é a Casa da Federação e que respeita as minorias e, fundamentalmente, as mulheres brasileiras.

Gleisi fez um balanço positivo das atividades realizadas no Dia da Mulher:

— O Senado prestou homenagem e, mais do que isso, foi um espaço para que a gente apresentasse nossa luta, nossa bandeira, o que precisamos encaminhar para melhorar a vida das pessoas, das mulheres.

Gleisi quer voto de censura a Temer por discurso "machista"

Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou que está coletando assinaturas em um requerimento de voto de censura ao presidente Michel Temer por seu discurso na cerimônia pelo Dia Internacional da Mulher.

Para a senadora, o presidente reduziu o papel da mulher aos cuidados do lar. São necessárias 27 assinaturas para a iniciativa seguir adiante.

— O que essa fala do presidente da República reflete é exatamente o machismo impregnado na nossa sociedade. Por isso, a gente não pode deixar passar em branco, não pode achar que ele, com desculpas, vai corrigir isso.



Gerálito Magela/Agência Senado

Para Ataídes, presidente não menosprezou papel feminino na sociedade

A oposição e a mídia distorceram, com má-fé, o que Temer disse sobre o papel da mulher nos afazeres domésticos e na fiscalização dos preços nos supermercados, segundo Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O senador defendeu o discurso feito pelo presidente da República no Dia Internacional da Mulher.

— Não foi um discurso machista, apenas refletiu a realidade social. Em levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 90% das mulheres declararam fazer atividades domésticas. No caso dos homens, o índice cai para 53%.



Gerálito Magela/Agência Senado

Lasier pede agilidade em votação de PEC que acaba com foro especial

O senador Lasier Martins (PSD-RS) fez ontem um apelo ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, para que acelere a votação de matérias urgentes.

Lasier listou a PEC 10/2013, de Alvaro Dias (PV-PR), que acaba com o foro privilegiado para autoridades. E a PEC 35/2015, de sua autoria, que altera a forma de indicação de



Gerálito Magela/Agência Senado

nomes para o Supremo Tribunal Federal (STF) e estabelece mandato de dez anos para os ministros da Corte.

Lembrou ainda de projetos que regulamentam compensações a estados e municípios por benefícios tributários concedidos a setores exportadores.

— São temas prementes, que precisamos enfrentar.